



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 4 DE MAIO DE 2015

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Guiva

Secretário: Exmo. Sr. Aérton Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas e 40 minutos.

A 3.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à análise, na especialidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2015, referente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades. Fizeram uso da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro

dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (Manuel Salvador dos Ramos), o Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública (Américo Ramos), os Srs. Deputados Pedro Carvalho (ADI), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Celmira Sacramento (ADI) e Evaristo Carvalho (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 11 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 40 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias **Correia**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, obrigado por comparecer na discussão na especialidade. Estamos na sede do Parlamento e queremos escutar do Sr. Ministro as perspectivas das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) no que toca aos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades** (Manuel Salvador dos Ramos): — Sr. Presidente, Sra. Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro das Finanças, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Gostaria de dizer-vos que constitui para mim um grande prazer e uma honra estar aqui nesta Casa Parlamentar, diante de Vossas Excelências, para poder fazer uma apresentação do que vai ser o nosso pequeno orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades para o ano económico 2015.

O nosso orçamento, como todos outros, está estruturado em duas partes. Há o orçamento de capital, portanto aquilo que vai constituir o investimento que o Ministério irá fazer ao longo deste ano, e as actividades correntes do dia-a-dia, o funcionamento do Ministério e a sua relação com as Grandes Opções do Plano para o ano 2015.

Começaria por apresentar a parte ligada ao orçamento de capital, passando a discriminar aquilo que temos previsto para o ano económico 2015.

Como Vossas Excelências sabem, temos um edifício que está praticamente em ruínas. O edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros está a cair aos pedaços e decidimos, já há 5 anos, ampliar esse edifício e a obra de ampliação está praticamente a se arrastar desde 2011 a esta parte. Gostaríamos de concluir essa obra este ano, por isso temos aqui como primeira acção nossa, no ponto de vista de orçamento de capital, a obra de ampliação e conclusão do edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de modo a que possamos transferir o pessoal para a parte nova do Ministério e iniciarmos a reparação do edifício principal que, como eu disse, está em ruínas.

Teremos também para este ano a continuação do programa de reorganização diplomática, que significa dizer que queremos estruturar os nossos serviços externos, que são compostos pelas nossas embaixadas e as nossas missões diplomáticas. Anualmente, de acordo com as orientações que existem, procedemos à substituição e a reorganização desses serviços.

Também faremos para este ano algumas incursões no plano externo, no sentido de alargamento da nossa rede de cobertura diplomática. Temos até este momento oito representações diplomáticas no mundo e, tendo em conta que o nosso país vive essencialmente através da ajuda externa, precisamos de reforçar a nossa capacidade, a nossa presença no mundo e a nossa presença nalguns organismos internacionais. Neste sentido, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades pensa em iniciar este ano também algumas diligências no sentido de vermos a viabilidade de abertura de algumas missões complementares no mundo. Vossas Excelências encontrarão, por exemplo, no quadro das missões diplomáticas, uma embaixada no Reino Unido, Inglaterra. Perguntarão como é que São Tomé e Príncipe, com tanta dificuldade que tem, vai abrir uma embaixada em Inglaterra? Inscrevemos esta verba aqui, porque é um processo que vamos iniciar. Uma embaixada em Londres não custaria esse valor. Portanto, verão logo que é para a fase preparatória, o que significa dizer estudos preliminares, antes de avançarmos nessa direcção. Em função

destes estudos preliminares, concluiremos se iremos abrir a embaixada ou se faremos uma missão de outro nível. Poderá ser um consolado ou uma outra representação, um gabinete de representação de interesse do Estado são-tomense, mas essa verba que está inscrita é no sentido de estudarmos a situação. É para clarificar eventuais dúvidas que poderiam existir.

Temos também a embaixada na República Federativa do Brasil. É um projecto antigo e pensado, que todos os governos, que já passaram pelo país, gostariam de realizar, termos uma embaixada na República Federativa do Brasil. Por razões de ordem económica e financeira, ainda não se pôde levar a cabo esse desiderato do Estado são-tomense.

O que acontece aqui, no quadro da CPLP, o Brasil, há sensivelmente 3 anos, predispôs-se em apoiar pequenos países membros da CPLP, nomeadamente São Tomé e Príncipe e a Guiné Bissau, a criarem a sua embaixada no Brasil, mas não podemos pedir tudo ao Brasil. Não podemos pedir o estudo também ao Brasil. Se o Brasil já se predispõe em ajudar-nos por um período de 5 anos, devemos pelo menos ter a responsabilidade de fazermos um estudo preliminar de criação de primeira base para criação dessas embaixadas. É também nessa perspectiva que incluímos aqui a abertura da embaixada na República Federativa do Brasil.

Temos Cabo Verde que também tem sido uma preocupação de todos nós. Há uma comunidade em Cabo Verde e temos sobretudo excelentes relações que mantemos com Cabo Verde até agora e que exige que tenhamos uma relação diplomática. Até este momento o Estado são-tomense decidiu que seja um consolado e vamos trabalhar no sentido de que este seja aberto o mais rapidamente possível. Na nossa perspectiva, para sermos muito mais preciso, ao longo deste ano, devemos lançar as bases para a montagem dessa representação. Já temos um edifício identificado, o Governo cabo-verdiano já vem pagando há mais de um ano e São Tomé e Príncipe só precisa tomar a decisão de avançar para a abertura desse consulado.

Temos a União Africana. A União Africana é importante, mas na nossa perspectiva deveria ser ainda uma representação muito pequena, porque Adis-Abeba, onde está a sede da União Africana, é uma cidade que não é muito cara, mas para criarmos lá uma verdadeira representação precisamos de reunir outras condições. Neste momento, temos a garantia do Brasil que nos cedeu o seu espaço físico, um anexo, isso é prática ao nível internacional. Os países terceiros podem usar espaços de outros países para poderem instalar as suas pequenas instalações, desde que essas instalações não tenham um carácter muito alto. E com Brasil já negociamos isso, até estamos em falta, já há 2 anos que o Brasil tem um espaço completamente disponível e São Tomé e Príncipe não consegue instalar a tal representação.

Temos, outro aspecto importante, as quotas das organizações internacionais. Temos uma verba de 10 mil milhões para o pagamento das quotas das organizações internacionais. Como as Sras. e os Srs. Deputados sabem, inscrevemos aqui nas Grandes Opções do Plano que uma das nossas propostas é «melhorar e credibilizar a imagem do Estado são-tomense no exterior». Mas como é que melhoramos está credibilização, se devemos quase todas as organizações que somos membros. Em algumas dessas organizações, inclusive, perdemos o direito de votos. Anualmente, o País tem que usar um dispositivo da parte das Nações Unidas, o artigo 19.º da carta das Nações Unidas, para poder conseguir obter direito de votar durante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Tendo em conta que devemos muito dinheiro às Nações Unidas, há muitos anos que não pagamos, achamos que temos que fazer um esforço neste sentido.

Grosso modo é isso, não sei se algo me escapou. Se eventualmente os Srs. Deputados tiverem alguma questão concreta, específica e particular que me tenha escapado, por favor, agradecia que me colocassem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O Sr. Ministro acabou de dizer que, no âmbito de uma espécie de prospecção, vimos aqui uma verba alocada para uma embaixada no Reino Unido. Sr. Ministro, se calhar, como uma boa parte dos são-tomenses, também fui emigrante por cerca de 12 anos e, por acaso, já fui ao Reino Unido de passeio. Lá temos uma especificidade, se calhar 70 ou 80% dos são-tomenses que se encontram lá têm nacionalidade portuguesa.

É questão de pensarmos se vale mesmo a pena termos lá uma representação diplomática. Nos últimos tempos, temos estado a acompanhar algumas actividades realizadas por alguns emigrantes são-tomenses. Por exemplo, em França, será que não faria sentido fazermos um estudo para podermos ter, num futuro próximo, uma futura representação diplomática em França? Sei que a nossa representação diplomática em Bruxelas é uma questão estratégica, porque Bruxelas é um polo de comércio mundial.

Uma outra questão, já não é uma questão, mas sim uma congratulação, no que diz respeito ao pagamento das quotas, como o Sr. Ministro acabou de dizer, a organismos internacionais. Penso se quisermos ter voz, como também foi dito pelo Sr. Ministro, somos um país que depende quase 90% de parceiros para sobrevivermos, portanto, acho que temos que nos fazer representar nessas organizações.

Uma última questão é: será que já se pensou em ter uma representação ou um centro de negócios na zona de médio oriente? Porque de facto lá também se concentra um número...

Risos do Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O Sr. Ministro levantou uma questão que, de facto, não vem de agora, já vem de largos anos, que é a questão das organizações internacionais, das nossas quotas. O Sr. Ministro afirma que devemos muito dinheiro, sobretudo às Nações Unidas. Somos membros de muitas organizações e, no entanto, não temos capacidades financeiras para honrarmos os nossos compromissos. Sei que se está também num processo de adesão ou já se aderiu à organização internacional de comércio e à medida que vamos aderir a uma organização temos a necessidade de pagar as quotas.

A minha pergunta é: não é o momento de alistarmos essas organizações todas e ver quais são as que de facto nos interessam, que têm algum impacto, para não ficarmos aqui atados? Somos membros de tudo, mas não pagamos. Muitas vezes, somos um tanto ou quanto humilhados. Quando um país participa numa actividade em que não tem direito ao voto, porque deve, acho que é humilhante. Portanto, valerá a pena continuarmos a ser membros e não termos a capacidade financeira de honrar os nossos compromissos? Não é o momento de elencarmos aqueles que de facto são prioritários, são mais importantes e fazermos um esforço para honrarmos os nossos compromissos, pagarmos as quotas, do que continuarmos a alargar as listas e estarmos a ser «humilhados»?

É essa a minha preocupação e o Sr. Ministro melhor do que ninguém nesta lide diplomática, sei que há regras, verá o que é que se pode fazer para evitar que São Tomé e Príncipe continue a ser membro e não honrar seus compromissos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Começaria pela última questão. Acho que há um consenso que se desenha à volta desta problemática e parece-me que todos nós chegamos a esta conclusão e é isto que estamos a fazer. Só que, porque já temos, o País não pode parar, as organizações não podem parar, temos que lidar com a situação tal qual ela se apresenta hoje e ao nível deste orçamento decidimos seleccionar, entre elas, algumas para pagarmos agora.

Por exemplo, temos a CPLP. Aparentemente a CPLP não nos traz benefícios materiais, mas é uma comunidade que aderimos e que nos serve de uma plataforma ao nível de nove países, agora com a Guiné Equatorial, e interessa-nos que a CPLP continue a ser um palco onde São Tomé e Príncipe deve fazer passar as suas propostas, as suas ideias, as suas opiniões sobre os diferentes problemas com que a CPLP se relaciona. Neste sentido, a CPLP está na linha da frente e é uma das organizações que vamos pagar.

A outra é a organização das Nações Unidas. Nas Nações Unidas há duas modalidades: há uma que é pagar as quotas regulares, estabelecida de acordo com o mapa de contribuições de cada país membro e há outra modalidade que é pagarmos os organismos das Nações Unidas instalados aqui em São Tomé e Príncipe, em dobras.

Portanto, há 5 anos São Tomé e Príncipe pagou cerca de um bilião de dobras, mas desde aquele momento já não se pagou mais nada e eles, no quadro da preparação do próximo Programa de Assistência das Nações Unidas ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, colocaram-nos esses problemas, a mim, ao Sr. Ministro das Finanças e ao Sr. Ministro da Economia e Cooperação Internacional. Fomos convidados para um encontro e essa questão foi colocada. Estamos a trabalhar neste sentido, para ver se este ano honramos esse compromisso. Não vamos pagar tudo, mas alguma parte. Como sabem, por exemplo, o fundo global financia o Programa de Luta Contra o SIDA, a Tuberculose e o Paludismo e está estabelecido que devemos contribuir com cerca de 20% dos 5 milhões que o fundo global vai pôr à nossa disposição. Significa dizer que vamos pagar um milhão de dólares. Isto está no nosso programa para esse ano. Faseadamente, vamos pagar este valor, para em 5 anos pagarmos os 20%, até pagarmos tudo. Isto já é um bom passo, porque assim vamos conseguir tranquilizar os nossos parceiros do sistema das Nações Unidas.

Temos um outro organismo que iremos pagar que é a União Africana. Estivemos a dever à União Africana, durante muito tempo. Devemos à União Africana cerca de um milhão e tal de dólares. E no quadro das nossas relações externas alguns países amigos que tiveram os seus interesses, vieram ver-nos e, na altura, colocamos essa questão e alguns deles contribuíram e conseguimos pagar tudo. Só que temos uma quota de 18 000 dólares americanos que temos que pagar todos os anos. No quadro da distribuição feita ao nível das Nações Unidas, cada Estado-membro tem uma quota de 18 000 dólares a pagar e se não pagarmos, depois de dois exercícios, perderemos o direito de votar. Ainda temos o direito de votar. Temos 2 anos em atraso, vamos pagar um e ficaremos a dever um, mas temos que pagar.

Temos o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que também temos que pagar, porque nos traz muitos benefícios. Então, temos que pagar.

Fizemos uma espécie de triagem, olhando para este quadro e tiramos aquelas organizações com as quais temos a necessidade de lidar agora e sempre, e vamos pagar no quadro do orçamento para este ano.

A Sra. Deputada colocou a questão de elencarmos essas organizações para seleccionarmos as que devemos manter a nossa adesão. É de facto uma proposta pertinente e temos estado a trabalhar neste sentido, já fizemos o levantamento. Vamos propor a nossa saída em algumas e há outras a que vamos ter que aderir. Por exemplo, há um mês e pouco, recebemos uma delegação da Organização Internacional das Migrações. Essa organização tem contribuído bastante, não temos muitos problemas de conflitos no seio das nossas comunidades no exterior, mas temos algumas situações que precisamos dar atenção. Neste sentido, essa organização esteve cá e propôs-nos a adesão. A quota anual é de 500 dólares. Numa estimativa entre o custo e o benefício, teríamos um benefício de cerca de 200 000 dólares. Portanto, ponderando esses dois factores, achamos que deveríamos avançar para a adesão, não agora, mas estamos a trabalhar no sentido de fazermos uma coisa que seja bem-feita e que nos traga melhores resultados.

O Sr. Deputado Pedro Carvalho levantou a questão da embaixada em Inglaterra. Sabemos que, de facto, grande parte dos são-tomenses que se deslocaram para lá têm a nacionalidade portuguesa, mas essa comunidade não deixa de ser uma preocupação do Estado são-tomense. É por essa razão que queremos encontrar um quadro que permita que eles tenham um acompanhamento regular. Se vai ser embaixada ou se vai ser consolado, como eu dizia, a questão foi inscrita e estamos a estudá-la com todos os detalhes, de modo que possamos dar à situação o tratamento que merece.

Com relação a uma embaixada em Paris, parece-me que Paris e Londres, em termos de custos, não são muito deferentes. Temos um consolado honorário em Paris que nos satisfaz e temos uma embaixada em Bruxelas que, durante muito tempo, ficou meio perdida, digamos assim. Dizemos meio perdida, porque não definimos exactamente o que queríamos com ela. A partir do momento em que tiramos de lá o embaixador, há 3 anos, temos lá um encarregado de negócios, mas a embaixada não tem tido uma orientação muito específica e objectiva. O que queremos fazer é devolver a essa embaixada o seu estatuto. Portanto, como sabem a embaixada em Bruxelas cobre cerca de 10 países europeus, é uma vasta área de jurisdição e queremos encontrar uma forma de poder reduzir essa cobertura que a embaixada faz em Bruxelas e substituir a cobertura desses países por consolados honorários ou por grupos de interesse económico a favor de São Tomé e Príncipe.

Neste sentido, queremos e já temos uma proposta do Governo Suíço que nos propõe a criação de um escritório de representação em Genebra. O Governo Suíço propõe dar-nos como contribuição um escritório equipado, mas depois falta-nos o resto. Temos que ter residências mobiliadas para os diplomatas ou para os que estiverem lá, temos que ter salários e mais. Estamos a estudar tudo isso para vermos.

Para além da Suíça, achamos que a nível da Europa deveríamos identificar mais um ponto para podermos instalar um gabinete de representação económica que pudesse nos ajudar a fazer uma cobertura mais completa de toda a Europa ocidental e, se calhar, também um pouco a Escandinávia. Sabem que ao nível dos países escandinavos não temos nenhuma representação. Noruega, Suécia, Finlândia, esses países.

O Sr. Deputado Pedro Carvalho colocou também a questão do Médio Oriente, é bastante pertinente. A nossa opção é por Israel. Independentemente do problema palestino, achamos que Israel é uma potência na região, aliás, temos um pedido para a acreditação de um cônsul honorário lá. Estamos a estudar a questão, mas Israel pode ser uma opção. Vamos ver se será mesmo Israel, mas há a necessidade de termos uma representação nessa zona do globo. Depois há o Dubai, Emirados Árabes Unidos.

Murmúrios.

Não, Dubai que está aqui é nosso.

Risos.

O que está aqui em São Tomé e Príncipe é nosso, mas os Emirados Árabes Unidos pode ser também uma outra alternativa para termos um escritório de representação económico e comercial, porque países pequenos como o nosso não podem ter a veledade de ter embaixadas por tudo quanto é sítio. Aliás, os grandes países estão a cortar, quanto mais nós que somos pequenos. Acho que temos que trabalhar no sentido de rentabilizar o pouco que temos.

Portanto, não sei se há mais alguma questão a ser colocada em relação ao nosso orçamento para 2015.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tenho uma questão para colocar. O Sr. Ministro falou da necessidade de reorganização das diplomacias ao nível dos países, identificou a necessidade de termos uma embaixada em Reino Unido, no Brasil, um consolado em Cabo Verde. É estranho que tudo isto ainda esteja em estudos, como disse o Sr. Ministro. No caso do Reino Unido, não compreendo como é que ainda não temos uma embaixada representativa naquele país, embora tenhamos lá emigrantes e alocamos verbas destinadas a comemorações do 12 de Julho. É mais uma vez a questão das festas.

Risos.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Sr. Presidente, posso explicar. Sabe, vou dizer-lhe uma coisa que não costumo dizer. Fui embaixador de São Tomé e Príncipe durante 12 anos, em dois postos, Angola e Gabão. Durante muito tempo, este foi um dos problemas com que nos debatemos, porque chegava o 12 de Julho e as embaixadas não faziam nada. Sabem o que é que alguns meus colegas diplomatas faziam?

Na véspera da festa nacional dos seus países, eles viajavam para o seu país. Porquê? Porque não tinham como comemorar o dia da independência no país onde estavam acreditados e para ninguém lhes solicitar nada. Porque se ficassem e não comemorassem, o outro colega iria perguntar: «você não celebra a festa da independência do seu país? Você não faz nada hoje?» Perguntam, porque quando fazem a festa deles, nos convidam e vamos. Quando chega a nossa data, não fazemos nada.

Essa verba que está aqui é com o objectivo de fazer isso. Para permitir que cada embaixador nosso destacado num determinado país possa chegar ao 12 de Julho e fazer qualquer coisa. Não tem que fazer grandes festas, pode fazer um pequeno coquetel, pode fazer uma palestra.

Houve uma vez que não tínhamos dinheiro para fazer uma recepção, mandamos vir um técnico especialista para nos falar de um determinado tema, depois fizemos um pequeno coquetel. Convidamos as personalidades, elas assistiram à palestra e quando saíram comeram uns bolinhos, beberam uma gasosa e saíram satisfeitas. Pelo menos assinalamos a data. O objectivo é este, não é para fazer festas.

Em relação às embaixadas, digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado, o que estamos a fazer é estudar a situação. Porquê? Porque incorremos em erros em alguns momentos. Às vezes, por emoção ou por qualquer razão, abrimos uma embaixada, sem fazer o estudo necessário. Então, avançamos com a abertura e quando abrimos é que chegamos à conclusão que há problemas, porque nem carros temos. Há embaixadores nossos a andarem nos autocarros e a irem para cerimónias em Hiace. Isso não é prestigiante para esses embaixadores, nem para o País.

É bom que os embaixadores tenham um carro, embora pequeno. Ir para cerimónias de autocarro não é bom. Ou ainda mais, os países que nos acolhem é que nos dão viaturas, que nos dão casas e mais. Isso nos diminui. O diplomata fica completamente diminuído, porque quando ele vai ver o ministro de negócios estrangeiros ou um director no ministério de negócios estrangeiros, ele vai diminuído, porque o carro e a casa são do país desse indivíduo. Ele vai reivindicar o quê? Se houver algum problema, ele não pode reivindicar. Ou se revindica, revindica com alguma dificuldade.

Então, temos que trabalhar no sentido de termos pelo menos as nossas representações com alguma dignidade. É essa a minha tese. Defendo e defenderei isso, acho que o Governo também e, por isso, estamos a dizer que temos que ter pequenas verbas para celebrar o 12 de Julho, de modo que os nossos diplomatas lá fora possam estar também de cabeça erguida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, até o 12 de Julho, teremos embaixadores destacados nesses países?

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Digo-lhe já que não. Primeiro, vamos estudar a questão.

O Sr. **Presidente**: — Mas o grande problema é que a verba está alocada para o 12 de Julho, quando não temos representações diplomáticas nesses países.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Para os países que ainda não têm representação, naturalmente essas verbas não vão ser transferidas. Só serão transferidas, se houver lá uma equipa a trabalhar. De certeza que a verba não irá. Garanto-lhe que não. Onde não há gente, garanto-lhe que não vai. Caso consigamos montar as embaixadas antes do 12 de Julho, está bem, mas como não vai ser possível em muitos desses casos, essa verba não vai.

O Sr. **Presidente**: — Não acha necessário transferir essas verbas para outras acções?

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Sabe que o orçamento é uma projecção. Bem, estou aqui diante do Sr. Ministro das Finanças que pode também nos ajudar nessa matéria. Caso o Ministério precise de completar alguma coisa, a gente pode fazer este ajustamento. Não sei se é possível, Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Tenha a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Administração Pública.

O Sr. **Ministro das Finanças e Administração Pública** (Américo Ramos) — Sr. Presidente, essa previsão é partindo do princípio que se possa instalar esses serviços antes do 12 de Julho e terem essas verbas disponíveis para fazerem as actividades, como justificou o Sr. Ministro, mas se no caso não for possível, essas verbas estão disponíveis e poderão ser realocadas para outras actividades dentro do Ministério. A lei do orçamento prevê isso como uma das competências do próprio Governo, durante a execução do orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Está dito.

Tem a palavra a Sra. Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, há bocado, quando fiz a pergunta, tinha-me esquecido de uma segunda preocupação.

Quando o Sr. Ministro falou sobre a questão dos consolados, gostaria de saber se já temos um consolado em Cuba ou se há alguma intenção, tendo em conta o número de estudantes que anualmente enviamos para Cuba e muitas vezes há a necessidade de alguém atender a esses estudantes. Eu já passei por isso, estive lá e sei o que é isso. No entanto, como estão a falar da embaixada no Brasil, não sei se pensam que a embaixada no Brasil poderá cobrir as necessidades de Cuba. Portanto, gostaria de obter alguma informação sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Sr. Presidente, Sra. Vice-Presidente, não temos previsão de criação de um consolado em Cuba, mas temos uma solução para Cuba, no quadro da cooperação entre os cinco países africanos de língua portuguesa. Assinamos um acordo de cooperação consular, em 1985, aqui em São Tomé, aquando da realização da famosa V Cimeira dos PALOP e esse acordo está válido até hoje. Só que não temos feito a aplicação dele.

Quer dizer, lá onde um dos PALOP tem representação e outro não, o que tem deve atender às necessidades do país que não tem. Não temos feito uso disso. Esse acordo está válido, foi assinado e queremos utilizá-lo, enquanto não estivermos em condições de instalar um eventual consulado em Cuba. Mas Cuba é um parceiro que devemos ter em conta.

Sra. Deputada, vamos anotar essa sua preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Tenho algumas questões a abordar, mas não tem muito a ver com o orçamento. Já que estamos cá agradeceria o Sr. Ministro que me ouvisse e tentasse ver a minha preocupação como mais uma contribuição do que uma crítica. Tem a ver com o jeito como os funcionários dos Negócios Estrangeiros tratam os Deputados na nossa sala VIP.

Quando chega o voo, simplesmente a porta não fica aberta, uma pessoa tem que passar na sala de embarque normal, ser revistada normal, quando temos uma sala disponível pelo menos para estar e estar bem, sem muito incómodo. Isso aconteceu duas ou três vezes, pelo menos comigo, não sei se acontece com os outros deputados e para o nosso nível não é muito bom.

Sr. Ministro, por favor, tente levar esta preocupação, para sabermos realmente o que se passa. Se há um técnico destacado, ele que fique aí na hora certa e não deixe os deputados na rua assim maltratados. É a primeira questão.

A segunda questão é em relação à Assembleia Parlamentar da CPLP. Aquando da V Reunião, em Díli, os presidentes dos Parlamentos concordaram todos que se instalasse uma sede fixa da AP-CPLP em Angola. Angola já o fez, instalou e apetrechou a sede, ofereceu até dois funcionários para estarem ali e, agora vem a outra parte, calcularam os custos anuais, deu por volta de quinhentos e tal mil dólares. Após a discussão, ficou por volta de 200 dólares.

Dividindo por nove países, dá por volta de 22 mil dólares por país. Houve uma delegação da Assembleia Parlamentar de São Tomé e Príncipe que esteve ali a preparar a sexta reunião que vai decorrer em Brasília – Brasil, trouxe a preocupação, mas não sei se vamos conseguir pagar. Portanto, não sei como é que o País vai sair disso. Não está no orçamento, nem sabemos como é que se vai resolver, é apenas uma abordagem para reflexão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos na discussão na especialidade do OGE. Há assuntos que deveriam ser abordados na generalidade e não o foram. As questões que devem ser levantadas aqui devem debruçar-se sobre as GOP e o OGE. Outras preocupações, como a da Sra. Deputada, acho que é institucional e a Assembleia Nacional deve ver junto ao Ministério de Negócios Estrangeiros.

Sei também que questões de deslocação têm que ser comunicadas aos Negócios Estrangeiros, por isso a Sra. Deputada Secretária da Mesa, sendo uma questão de forma institucional, poderiam ver isso noutra quadro. Estamos aqui a discutir o Orçamento na especialidade.

Sr. Ministro, mesmo assim, quer dar alguns esclarecimentos à Sra. Deputada?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de saudar a Sra. Deputada e agradecer-lhe pela sua frontalidade e por ter colocado essa questão. De

facto, é um problema com que o Ministério vem-se debatendo nos últimos tempos, mas isso tem a ver com algumas dificuldades que o Ministério tem tido.

As Sras. e os Srs. Deputados sabem que o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades acusa algumas fraquezas. Temos uma equipa que está a tomar conta da situação, mas essa equipa ainda não está ao nível que desejamos. Tem havido algumas falhas, temos tido não só reclamações como esta, da parte dos deputados, mas também ao nível dos outros ministérios, dos outros ministros e das outras instituições.

Gostaria aqui de pedir, em nome do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as nossas sinceras desculpas aos Srs. Deputados pelos males causados a Vossas Excelências, pela má prestação de alguns dos nossos agentes de protocolo do Estado.

Gostaria de aproveitar esta ocasião para dizer que algumas dessas situações ocorrem muitas vezes devido à falta de comunicação prévia. Quero dizer que, às vezes, recebemos comunicações sobre a saída das delegações, mas não recebemos a comunicação sobre a data e a hora da chegada, nem tão pouco em que voo essas delegações vão chegar. Portanto, quando os protocolos não estão na posse dessas informações, muitas vezes não dão a devida atenção.

Não deveria ser assim, porque temos uma regra que estabelecemos, uma hora antes da chegada de cada voo, deve estar lá a equipa para abrir a sala, para que ela esteja arejada. Essa regra existe, só que de vez em quando ocorrem essas situações menos boas, lamentáveis, e mais uma vez gostaria de penitenciar-me perante Vossas Excelências solicitar a indulgência de Vossas Excelências pela situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Ministro, muito obrigada pelo esclarecimento.

Sr. Presidente, aquando da minha abordagem, desculpei-me e disse que não tinha nada a ver com o orçamento. Caberia ao Sr. Presidente dizer que não era o momento próprio e eu não dizia nada. Eu disse, «aproveitando a presença do Sr. Ministro, queria solicitar esses esclarecimentos». Aliás, era uma abordagem, nem era uma pergunta. Está a perceber?

O Sr. **Presidente**. — Tem a palavra o Sr. Deputado Evaristo Carvalho.

O Sr. **Evaristo Carvalho** (ADI): — Sr. Presidente, embora o assunto não seja propriamente discutível nesta sessão, no debate na especialidade, a segunda questão que a Sra. Deputada levantou, acerca da possível quota de cada país para a AP-CPLP, já que estamos no Parlamento, penso que essa quota deve ser da responsabilidade da própria Assembleia Nacional.

E como estamos aqui, chamo já atenção ao Sr. Deputado Presidente do Conselho de Administração, para que no próximo orçamento da Assembleia Nacional dê atenção a este caso. É uma quota para a AP-CPLP, que é o parlamento da Comunidade.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, já não há intervenções?
Sr. Ministro, algum comentário para fecharmos.

O Sr. **Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades**: — Sr. Presidente, o único comentário que tenho a fazer, é assegurar aos Srs. Deputados que eu e os colaboradores faremos tudo para que aquilo que inscrevemos no OGE para 2015 seja cumprido. É verdade que o orçamento é uma projecção. Como disse o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, falta-nos 2%, mas os 98% estão assegurados. Logo, faremos tudo para que o OGE e as GOP sejam cumpridos.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro, esperemos realmente que o Governo tenha capacidade suficiente na arrecadação dos 100% e também rezemos para que consiga os 2% em falta, porque o País precisa. Em conjunto, lutaremos para que o País realmente vença.

Segundo a agenda, agora vamos ter um intervalo, para depois escutarmos o Sr. Ministro da Defesa e do Mar.

Está encerrada esta reunião.

Eram 11 horas e 35 minutos.